

Cem anos de solidão

PAULO GUEDES

A condução da política econômica no Brasil é uma dramática demonstração de que é sempre possível encontrar novas formas de incorrer nos mesmos erros.

Estamos aparentemente aprisionados entre duas alternativas macroeconômicas ineficazes: a inépcia dos choques exóticos e a inércia do arroz-com-feijão. Após cada choque mal-sucedido é preciso tranquilizar a sociedade com a promessa de não se fazer nada, e como nada se faz é preciso, eventualmente, recorrer a uma nova e desesperada tentativa ante a ameaça do caos.

Prossegue também em nova versão, sempre com sucesso de bilheteria, a longa série de heróicas batalhas contra o Fundo Monetário Internacional (FMI). Há quase dez anos, alguns de nossos ilustres acadêmicos investiam contra um simples grupo de burocratas internacionais com o volume "Brasil x FMI: a armadilha da recessão". Hoje, após dez anos de estagnação econômica, nossos acadêmicos tentam debelar o clima de confusão mental que ajudaram a disseminar nos meios políticos, a ponto de produzir, recentemente, um tiroteio verbal entre um técnico do Fundo, que teria disparado involuntariamente contra a Constituição, e o Presidente da República, que reagiu em legítima defesa.

Continua também a diarreia financeira do setor público. Somos informados de que as estatais, particularmente Siderbrás e Eletrobrás, devem registrar um déficit entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 5 bilhões em 1991, mas que desta vez as finanças estaduais e o Tesouro federal, responsáveis por desequilíbrios fiscais respectivamente em 1990 e 1989, deverão obedecer ao sistema de rodízio, abstendo-se de contribuir para o rombo financeiro consolidado.

Os "progressistas" da CGT,

cujos gurus certamente foram treinados em universidades que produziam teoria econômica sob o regime de reserva de mercado, obtiveram liminar suspendendo a privatização da Usiminas, o que os aproxima embaraçosamente dos conservadores dirigistas do regime militar: insistem em colocar dinheiro público na produção deficitária de chapas de aço, drenando a saúde e a educação do povo brasileiro em decorrência da restrição orçamentária.

Persistem, da mesma forma, indefinições quanto aos princípios e regras de relacionamento entre o Tesouro, o Banco Central e os governos estaduais.

Existem insinuações de que o Banco Central facilitaria a rolagem das dívidas estaduais desde que os governadores e respectivas bancadas fossem mais "compreensivos" na distribuição dos recursos, devolvendo à União uma parte do que lhe foi retirado.

Esta seria uma concepção retrógrada que espero não ter o dissabor de ver subscrita pela comissão de reforma tributária ora constituída, e muito menos pelo Presidente em sua próxima negociação com os governadores.

A descentralização dos recursos para Estados e Municípios é essencial ao funcionamento da democracia. Cabe à União repassar atribuições, encolher a administração direta e privatizar as empresas constitucionalmente elegíveis, isto é, quase todas. A saúde financeira dos bancos estaduais é, por outro lado, responsabilidade dos Estados. Ceará e Paraná rolariam suas dívidas em mercado a taxas baixas, e São Paulo rolaria a taxas altas até que ajustasse suas finanças. Em crises temporárias de liquidez recorreria ao redesconto do Banco Central sem qualquer favorecimento em relação aos bancos privados ou demais bancos estaduais.

O Fundão, a troca de títulos, os mercados cativos, o tratamento discricionário do Banco Central articulado com o Tesouro, tudo isto é compreensível a curto prazo. Mas são os casuísmos de sempre, responsáveis por nossos cem anos de solidão.